

EDITORIAL

É, novamente, com muita satisfação que estamos publicando o número 2 do volume 3 da Revista Eletrônica **MOVIMENTOS SOCIAIS E DINÂMICAS ESPACIAIS**, do Grupo de Pesquisa Movimentos Sociais e Espaço Urbano (MSEU) registrado no Diretório Grupos de Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Nossa alegria se deve, principalmente, em virtude de três razões.

Em primeiro lugar, porque estamos continuando a oferecer nossa contribuição no que tange à articulação e divulgação de pesquisas e ideias acerca da discussão interdisciplinar entre temas relativos a movimentos sociais, produção do espaço urbano e rural, gestão de serviços sociais, políticas públicas e cidadania dentre outros que, em conjunto, constituem a complexidade da realidade espacial da sociedade.

Em segundo lugar, estamos, neste número, publicando outro conjunto de artigos que foram aceitos para serem apresentados no I Seminário do Grupo de Pesquisa Movimentos Sociais e Espaço Urbano “Movimentos Sociais, Sociedade e Academia”, realizado no período de 18 a 20 de dezembro do ano de 2013 na Universidade Federal de Pernambuco.

Em terceiro lugar, e por último, mas não de menor importância, o MSEU está conseguindo abrir e propiciar espaço para a divulgação de contribuições, também provenientes de instituições do interior do Nordeste brasileiro, dando voz não somente a Professores e Pesquisadores, mas ao mesmo tempo a Estudantes de cursos de graduação que ainda não dispõem de espaço para publicar suas pesquisas e ideias. Daí porque esta Revista, sempre, vem publicando em seus números trabalhos de Doutores, Mestres e Graduados nos diversos campos do conhecimento que contribuem para os grandes eixos temáticos desta Revista.

No eixo **movimentos sociais na cidade e no campo**, tem-se dois artigos que tratam, principalmente, do papel de movimentos sociais no processo de produção do espaço urbano, a partir de experiências vivenciadas pelos autores.

No artigo “Política urbana e participação: construção coletiva para regularização fundiária nos espaços urbanos de domínio da União”, de autoria de Ronaldo Campos, discute-se a experiência das estratégias de política urbana relacionadas com o processo de participação social na construção coletiva da regularização fundiária em espaços urbanos de domínio da União. Essa experiência é analisada como alternativa à tendência do contexto atual em que predominam os interesses da especulação do mercado imobiliário, ameaçando as “comunidades informais” que vivem nas áreas que passam a interessar aos atores públicos e privados, considerando as implicações desse embate na produção do espaço urbano em áreas de domínio da União. O autor defende a construção de modelos para a gestão e consolidação da regularização fundiária dessas “comunidades”, colocando que isso depende, da participação efetiva dos moradores. Por isso, ele procura compreender as estratégias coletivas dos atores envolvidos no processo de regularização fundiária na área do Parque Histórico Nacional dos Guararapes, como um estudo de caso.

O referencial teórico do autor reporta-se a questões de política urbana, participação e construção coletiva nos espaços considerados, no âmbito do processo de acumulação urbana capitalista frente aos avanços em termos da regularização participativa. A metodologia baseia-se, sobretudo, nesse arcabouço conceitual teórico, bem como na análise empírica com ênfase no modelo de construção coletiva e de gestão da experiência do Parque Histórico Nacional dos Guararapes, que se situa no município de Jaboatão dos Guararapes, estado de Pernambuco.

No artigo “Igreja e movimentos sociais: o papel das CEB’s e a luta pela moradia na cidade do Crato-Ceará”, de autoria de João César Abreu de Oliveira Filho e Marco Antonio Mitidiero Junior, discute-se o papel da Igreja Católica, através das Comunidades Eclesiais de Base (CEB’s), no processo de luta pela moradia que teve lugar na cidade do Crato, estado do Ceará. Com isso, os autores demonstram o papel desta instituição junto aos movimentos sociais de luta pela terra no processo de produção do espaço urbano. Considerando a perspectiva espaço/temporal de atuação da luta pela moradia no Crato, eles partem da história da trajetória das lutas sociais locais relacionadas à Igreja, durante as décadas de 1970 e 1980, justamente quando as CEB’s atuaram de maneira mais intensa. Para isso, os autores utilizam-se dos depoimentos de lideranças dos movimentos sociais, da Igreja e de representantes de partidos políticos, bem como de entrevistas semiestruturadas com os principais membros dos movimentos sociais e moradores locais, o que foi ilustrado com fotografias e registros de documentos importantes nas lutas sociais ora abordadas.

No eixo **produção do espaço: atores, instrumento e conteúdos**, há nove artigos que tratam, em geral, do papel de instrumentos e modelos de gestão urbana, bem como de instrumentos de fortalecimento de movimentos sociais, atividades relevantes para o processo de inclusão social no mercado de trabalho urbano e a tendência atual sobre relações de trabalho neste contexto.

No artigo “Uma análise da inserção do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) no distrito de Itambí/Itaboraí-RJ e suas implicações no contexto socioambiental”, de autoria de Graziella Martinez Souza Marquezino e Joel de Araújo, tendo como espaço de estudo a Área de Proteção Ambiental (APA) de Guapimirim onde existe uma “comunidade” que mora na região há mais de quarenta anos (de caranguejeiros e pescadores), os autores abordam a perspectiva de des-re-territorialização dessas populações, através de projetos financiados pelo PAC (Governo Federal). Estes projetos responsabilizaram-se pela construção do Conjunto Habitacional para a realocação dessas populações ditas “tradicionais”, indagando em que medida esta ação governamental leva em conta a realidade cultural e econômica dessas pessoas. Para isso, os autores utilizaram-se do questionário semiestruturado, associado ao uso de entrevistas, como procedimentos metodológicos. Ao final, eles constatam que as populações atingidas estão sendo submetidas a um processo de “dilaceração” social, cultural, econômica e ambiental, impostos pelo Poder Público, através de projetos que negligenciam a participação e o interesse popular.

No artigo “Remoções no Morro da Providência: o modelo hegemônico de modernização e a produção de um novo espaço”, de autoria de Nathália Mota Rodrigues,

aborda-se a problemática dos impactos do Projeto Porto Maravilha sobre os moradores do Morro da Providência, estado do Rio de Janeiro. Entendida como mais uma obra que reproduz os princípios do que se considera como “modernização conservadora”, a do Porto Maravilha legitima, através de um discurso intencionalmente elaborado e articulado, do desenvolvimento urbano pela divulgação do seu papel de mudar o atual estado de degradação e abandono da área portuária da cidade do Rio de Janeiro, a autora defende que, no âmbito da história urbana do Rio de Janeiro, continua-se a fazer remoções de habitações das populações pobres. E que, com isso, não se cumpre, portanto, o “direito à cidade”, ferindo os avanços do processo de construção da cidadania que se tem conquistado no século passado.

No artigo “Os fuzilados da Imbiribeira’: imaginário urbano da cidade do Recife no século xx”, escrito por Audenice Alves dos Santos Zacarias, faz-se algumas reflexões sobre o que ele denomina tríade espaço urbano, memória e identidade, no âmbito de um pensamento crítico que evidencia a densa articulação dos múltiplos interesses que direcionam se e como as intervenções e resistências históricas têm influenciado na vida urbana, às vezes confundindo o imaginário do lugar. Especificamente, a autora refere-se à placa de mármore colocada em memória dos militares fuzilados em Pernambuco, isto é, aqueles dos quais se suspeitou terem feito oposição à ditadura do Presidente Floriano Peixoto durante a segunda Revolta da Armada, ocorrida entre 1893 e 1894. Diz a autora que, mesmo após o encerramento desse Governo, verificou-se cautelosa exposição de marcos de constestação contra governos instituídos, mesmo que ditatoriais, na República brasileira, e isso sobretudo para tentar “apagar” marcos de resistências e lutas sociais. A autora constatou que, mesmo não tendo recebido permissão das autoridades cocompetentes para o envio dos restos mortais dos “fuzilados da Imbiribeira” para o Rio de Janeiro, cidade que foi o *locus* da revolta, eles foram, finalmente, sepultados, em 1901, na Igreja Matriz de Nossa Senhora da Paz, no bairro Afogados, onde permaneceram até 1963.

No artigo “O circo enquanto espaço educativo construtor da cidadania – a experiência do centro social São José do Monte”, escrito por Laís Marinho Silva, Maria Rachel Fonsêca Braga e Jéssika Waléria Silvestre, constituiu resultado de um exercício de pesquisa, realizada em 2011, Caruaru, estado de Pernambuco, junto ao movimento *Centro Social São José do Monte*. Trata-se de uma Organização Não Governamental (ONG) que busca a transformação da realidade de jovens que se encontram em situação de risco de exclusão social. As autoras estudaram a atuação desta ONG voltada para a valorização desses jovens no âmbito da transformação da realidade. Com isso, elas mostraram as principais percepções das pessoas vinculadas a esta instituição, a fim de destacar seu papel efetivo na formação da cidadania junto aos jovens que dela participaram. Para o que se considerou a “arte-educação” através de uma oficina de arte circense relacionada à situação da juventude vivendo em contextos de desigualdade social em que a cidadania é ainda inexistente.

No artigo “Transformações no espaço comercial da pequena cidade de Juazeirinho-PB”, de Isabelle Trajano da Silva, analisa-se transformações atuais do espaço comercial de Juazeirinho, localizado na microrregião do Seridó Oriental paraibano. Segundo a autora, apesar de pequena, esta cidade, também, vem sendo palco da criação de transformações decorrentes da fixação *in loco* de tipos modernos do comércio, em um espaço urbano onde

antes predominava uma estrutura comercial simples de feira livre, bodegas e outros modestos estabelecimentos comerciais. Para focar a análise, a autora escolheu o caso do segmento de confecções, no atual contexto de expansão global do consumo, sobretudo, através da expansão de boutiques, malharias e supermercados, formando, na visão da autora, um novo mosaico comercial na cidade.

No artigo “Os serviços prestados por entidades do movimento social no Recife-PE: o caso dos bairros de Torrões e de Engenho do Meio”, de Heverton Ralph Arcanjo Batista da Silva, Júlia Baptista Piancastelli de Siqueira, Elton Pereira da Silva, Gustavo Antônio e Paulo Ricardo, os autores tratam de serviços prestados por entidades dos movimentos sociais, mostrando seu papel na organização popular, no sentido do autoprovimento, uma vez que o Estado, principal responsável por essa tarefa, tem se negado a cumprir com sua responsabilidade. Nesta perspectiva, após fazer um breve histórico da participação popular em Recife, bem como um levantamento tipológico das principais entidades sociais nos bairros Torrões e Engenho do Meio, os autores chegam à conclusão que essa pesquisa precisa ser continuada, abrindo espaço fértil para futuros debates sobre o papel dos movimentos sociais na cidade.

No artigo “Perspectivas do trabalho na atualidade e relevância da feira livre na cidade – o caso da feira de gêneros alimentícios de Casa Amarela-Recife-PE”, de Julyana Gomes dos Santos, considerando que o trabalho como instância crucial à sobrevivência também das populações que não detêm os meios de produção, defende-se que esse problema deve, sempre, ser discutido pela sociedade, diante das rápidas e complexas mudanças no contexto da globalização em que se vive. Tomando, ainda, o trabalho como motor da sociedade capitalista, e buscando compreender suas engrenagens, a autora foca sua análise em expressões do pequeno comércio existente, como “circuito inferior da economia urbana” na feira livre de gêneros alimentícios em Casa Amarela, inseridas no atual contexto histórico. Ao final, conclui-se que essas atividades, sobretudo pela sua densidade como rugosidade contida no espaço, continuam resistindo aos imperativos da modernidade contemporânea.

No artigo “Novas e velhas espacialidades na habitação das cidades médias brasileiras: assentamento precário Renato Magalhães – Vitória da Conquista-Bahia-Brasil”, de Uriana Fernandes Curcino Ribeiro, caracteriza-se e analisa-se o assentamento Renato Magalhães como um processo de ocupação iniciado em 1992. Para isso, a autora fez uma revisão bibliográfica sobre o tema habitação, relacionando-o com a visão do Ministério das Cidades acerca dos assentamentos precários, bem como sobre resultados da pesquisa de campo. Uma das conclusões da autora é que as cidades médias são caracterizadas pelo crescimento urbano com a permanência dos chamados assentamentos precários, sobretudo, porque esse crescimento urbano não é acompanhado pelo desenvolvimento urbano concreto.

No artigo “Diagnostico del desarrollo urbano de la ciudad de Chetumal, Mexico”, de autoria de Luz Elena Rangel Montalvo, discute-se o modelo de desenvolvimento urbano da cidade de Chetumal, no México, uma cidade que, segundo a autora, ainda possui consideráveis limitações físicas para o crescimento urbano. Diante desta constatação, ela avalia em que medida se tem condições efetivas de se concretizar o desenvolvimento

sustentável. Ao mesmo tempo, ressalta-se que a autora ainda indaga se a sustentabilidade seria o único campo necessário para lidar com as exigências inerentes ao desenvolvimento urbano.

No eixo **planejamento e gestão, políticas públicas e cidadania**, existem cinco artigos relativos, em geral, a questões atinentes a instrumentos de gestão urbana; a processos de fixação, no espaço urbano, de objetos espaciais prestadores de serviços públicos; a políticas públicas de serviços de saúde, de educação como instrumento de formação social no bairro; e a políticas públicas de habitação.

No artigo “Desdobramentos da atuação da CAGEPA enquanto instrumento de gestão hídrica no espaço urbano no município de Umbuzeiro-PB”, de José Nivaldo da Silva e Nathália Rocha Morais, aborda-se a água como o recurso natural de maior importância na Terra, levando em conta questões relativas à disponibilidade, ao acesso e à qualidade da água utilizada pelos habitantes do município destacado. Para isso, os autores tomam como referência a atuação da Companhia de Água e Esgoto do Estado da Paraíba – CAGEPA. No âmbito da problemática hídrica da região Nordeste, os autores defendem que a expansão urbana naquele município tem causado uma pressão sobre os recursos hídricos disponíveis, necessitando-se reavaliar o modelo de gestão ambiental, apesar, segundo eles, da CAGEPA ter prestado serviços significativos visando superar as adversidades do lugar.

No artigo “Unidades de Pronto Atendimento (UPA) e promoção de saúde: um olhar a partir do ‘sistema de objetos’ e ‘sistema de ações’”, de Katielle Susane do Nascimento Silva e Solange Laurentino dos Santos, aborda-se a atual gestão do Governo de Pernambuco, através da implantação das UPAs, as quais têm promovido “inovações” no campo da saúde pública estadual. As autoras consideram, contudo, que a qualidade deste serviço deve ultrapassar a dimensão da existência das UPAs como meros objetos espaciais, discutindo, concomitantemente, em que medida essa política pública de saúde está comprometida de fato com a saúde pública enquanto totalidade. Procurando, portanto, compreender o papel da espacialidade na manutenção de lugares mais ou menos desiguais, as autoras concluem o texto dizendo que a espacialização das UPAs parece estar funcionando mais no sentido de minimizar as desigualdades espaciais, como unidades reprodutoras de um serviço público de saúde fragmentado, e simplificador, focado apenas na cura de doenças.

No artigo “Políticas públicas para a saúde e o papel da atenção básica de saúde no controle e prevenção da dengue no país”, de Divanda Cruz Rocha, Gesinaldo Ataíde Cândido e Renilson Targino Dantas, procura-se abordar, através de um olhar interdisciplinar (considerando ações integradas de educação em saúde, com ênfase no saneamento ambiental), como vêm sendo conduzidas as políticas públicas de saúde no controle e na prevenção da dengue no país, no âmbito da dimensão socioambiental. Isso no atual contexto em que, segundo os autores, o Ministério da Saúde reforça a necessidade de primar pela qualidade dessas políticas, mediante a descentralização das ações de controle e combater a presença do mosquito transmissor da dengue nos municípios brasileiros. Ao final, os resultados mostram alguns avanços, sobretudo em função de uma maior eficácia das medidas de combate e controle dessa doença, a partir da

descentralização das ações; mas que ainda deve haver mudanças no âmbito da formação tradicional dos profissionais de saúde, a qual, atualmente, baseia-se ainda na formação disciplinar e em especialidades.

No artigo “Desconstrução de estereótipos na escola: um bairro para além de um rótulo”, de Jéssica Santos do Nascimento e Selma Ferreira da Silva, analisa-se uma possibilidade de intervenção em uma escola do Recife, junto aos alunos do Ensino Fundamental, localizada no bairro Ibura. Isso buscando despertar, nesses alunos, sua consciência cidadã como sujeitos históricos, com vistas a promover impactos interessantes na “comunidade” local. A escolha deste lugar pelas autoras deveu-se, principalmente, ao fato deste bairro ter ficado conhecido, nos anos 1990, como lugar violento, suscitando atitudes preconceituosas para com seus moradores, o que reforça ainda mais o processo de exclusão vivido historicamente por essas pessoas. Baseando-se em princípios de Educação em Direitos Humanos, a pesquisa foi sustentada pela realização de um projeto que se constituiu em ciclos de debates com os alunos, pelos quais se abordou os valores e os pontos positivos da comunidade, como contraponto às imagens e interpretações difundidas nos meios de comunicação. Essa perspectiva de valorização dos moradores e das suas ações teve como resultado principal, segundo as autoras, a ampliação do respeito para com os alunos, bem como destes para com os outros que compartilham o mesmo espaço, proporcionando aos alunos uma postura reflexiva e condizente com princípios de cidadania.

No artigo “‘Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV)’ em Campina Grande: habitação para quem?”, de Caline Mendes de Araújo e Ana Cláudia Araújo Diniz, discute-se a natureza do PMCMV, implementado em âmbito nacional pelo Governo Federal, a partir da sua experiência em Campina Grande. Segundo as autoras, este Programa acaba sendo semelhante aos programas habitacionais que anteriormente tiveram lugar naquele centro urbano importante da região Nordeste do Brasil. Isso, sobretudo, em razão de apresentar ainda alguns problemas relacionados à sua implementação, ao destino dos recursos e às prioridades a serem atendidas. Para isso, elas discutem o PMCMV no âmbito da história dos programas habitacionais no Brasil.

No eixo, **ensaios, resenhas e entrevistas**, há dois ensaios, o primeiro sobre a dimensão espacial referente a um movimento social no espaço “rural”, e outro sobre a história da organização interna do espaço urbano em uma pequena cidade do interior do estado de Pernambuco; bem como uma resenha sobre um livro que, apesar de não ter sido publicado recentemente, é um trabalho interessante para quem se dedica à epistemologia no âmbito da geografia.

No ensaio “Território e a dimensão espacial do discurso em torno dos assentamentos rurais”, de autoria de Hugo Arruda de Moraes, fundamentando-se em uma profunda revisão bibliográfica sobre discursos e territorialidades, ressalta-se o processo de apropriação e uso dos territórios dos Programas de Assentamentos no Município de Passira-PE cujo discurso acha-se presente nas práticas sociais e nas ações do Estado, dos movimentos sociais e das famílias assentadas. Nesse sentido, o autor retoma a concepção de discurso, entendendo-o como prática social que também apresenta a dimensão

espacial; bem como os discursos do II Programa Nacional de Reforma Agrária e do MST com relação à concepção de Reforma Agrária e Assentamentos Rurais.

No ensaio “Um breve estudo sobre a morfologia e organização interna do espaço urbano em Águas Belas-PE”, de Ildebrando Gutemberg dos Santos e Renato de Menezes Pereira, reflete-se sobre a história do processo de organização interna do espaço urbano em Águas Belas, destacando a variedade de suas formas espaciais produzidas na cidade, sobretudo no século XX, quando a concepção capitalista de produção do espaço torna-se realidade *in loco*. Para o que o conhecimento empírico dos autores sobre o processo de organização espacial da cidade e a utilização de documentos e informações históricas foram fundamentais.

Ítalo César de Mouro Soeiro é o autor responsável pela interessante resenha do Livro “Geografia humana: uma introdução às suas ideias”, publicado pela Editora da Universidade Federal de Pernambuco, e escrito por Nilson C. C. Barros, Professor Titular do Departamento de Ciências Geográficas desta mesma Universidade.

Em definitivo, não obstante a diversidade dos temas abordados neste volume, em função também das especificidades de cada campo do conhecimento a que pertence cada um dos autores, sente-se que, em todos os trabalhos, existe – explícita ou explicitamente – uma preocupação com o entendimento da realidade como uma totalidade complexa visando contribuir para, pelo menos, “mitigar” o sofrimento das “pessoas que têm perdido” no atual processo de produção social dos vários territórios que compõem o urbano ou o rural.

Cláudio Jorge Moura de Castilho
Professor Associado Departamento de Ciências Geográficas
Universidade Federal de Pernambuco